



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador IZALCI LUCAS

REQUERIMENTO Nº DE - CPIBETS

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos § 2º, V, e § 3º do art. 58 da Constituição Federal, dos arts. 1º e 2º da Lei nº 1.579/1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão o pedido ora formulado de **CONVITE** de alguns dos **Representantes de Entidades de Classe da Sociedade Civil** abaixo nominados, **todos eles impactados pelo setor de apostas**, na condição de **ESPECIALISTAS**, para prestarem depoimento pelos fatos e fundamentos que na sequência serão expostos

1. David Kallás - presidente da Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (Anefac).
2. Ricardo Steinbruch - presidente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit).
3. Giancarlo Greco - presidente da Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços (Abecs).
4. Carlos André - presidente da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima).
5. Gustavo Chiarini Bastos - presidente da Associação Brasileira da Indústria de Alimentos (Abia).
6. Paulo Solmucci - presidente da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel).
7. Flávio Lara Resende - presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert).



8. Rafael Marchetti Marcondes - Representante legal da Associação Brasileira de Fantasy Sports (ABFS).
9. Celso Niskier - presidente da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES).
10. Basílio Perez - presidente da Associação Brasileira de Provedores de Internet e Telecomunicações (Abrint).
11. João Galassi - presidente da Associação Brasileira de Supermercados (Abras).
12. Gisela Lucas de Araújo Lopes - presidente da Fecomércio-SP.
13. Jorge Gonçalves Filho (presidente do Instituto para o Desenvolvimento do Varejo - IDV).
14. Eduardo Terra (presidente executivo da Sociedade Brasileira de Varejo e Consumo - SBVC).

JUSTIFICAÇÃO

A justificativa para o presente requerimento de **CONVITE** no âmbito desta Comissão Parlamentar de Inquérito - CPIBETS se apoia na crescente relevância dos jogos virtuais de apostas online no Brasil, especialmente no que tange às potenciais práticas ilícitas associadas a esse setor. A magnitude dos valores movimentados por essas plataformas de apostas é alarmante, havendo fortes indícios de que tais transações estejam sendo utilizadas para disfarçar operações de lavagem de dinheiro em larga escala.

Aliás, a ausência de transparência e a fragilidade dos mecanismos de controle sobre essas plataformas agravam o risco de que práticas criminosas estejam sendo amplamente facilitadas, exigindo a intervenção do poder legislativo para uma rigorosa análise dos processos financeiros relacionados aos jogos de apostas online, a fim de identificar as falhas nos sistemas de regulação e fiscalização atualmente vigentes e propor soluções que fortaleçam a capacidade estatal de combater o crime organizado e prevenir a lavagem de dinheiro.



Ressalte-se, outrossim, que, para além do aspecto financeiro, o impacto social e familiar dos jogos de apostas online não pode ser ignorado. Com o aumento exponencial do número de usuários e das quantias envolvidas, cresce a preocupação com o endividamento das famílias brasileiras, a deterioração da saúde mental dos apostadores e os danos à economia doméstica. Há indícios de que esse fenômeno esteja contribuindo para um ciclo vicioso de perdas financeiras e adoecimento psicológico, o que torna ainda mais urgente uma resposta legislativa articulada e robusta.

Nesse contexto, seguem as razões para a apresentação do presente requerimento:

A Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (Anefac), por sua representatividade no setor financeiro e sua expertise em finanças, administração e contabilidade, desempenha um papel relevante em debates sobre questões de governança, transparência e conformidade com regulamentos financeiros. Assim, o convite da Anefac pela CPIBETS seria crucial para lançar luz sobre aspectos como o fluxo de capital, a supervisão contábil e os mecanismos de controle contra a lavagem de dinheiro. A relação entre o mercado de apostas esportivas e o sistema financeiro, especialmente em um cenário de crescente regulamentação, levanta questões sobre a origem e a movimentação de grandes somas de dinheiro, muitas vezes associadas a apostas online. A Anefac, como uma entidade que agrupa stakeholders importantes do setor, poderia fornecer uma visão detalhada sobre como os sistemas financeiros estão sendo usados por plataformas de apostas e como as falhas de controle podem facilitar atividades ilícitas, como a lavagem de dinheiro. A Anefac teria um papel fundamental para esclarecer o grau de risco que o mercado de apostas representa para o sistema financeiro e propor soluções para proteger o setor contra a infiltração de práticas criminosas, além de reforçar o papel da transparência e da conformidade no ambiente financeiro



A Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit), embora tradicionalmente focada no setor têxtil e de confecções, tem interesse indireto nas discussões sobre tributação e financiamento que envolvem o mercado de apostas esportivas, especialmente quando se trata de patrocínios e a possibilidade de lavagem de dinheiro através de empresas ligadas ao setor têxtil e de confecções. O convite é justificado pela necessidade de investigar possíveis relações entre o setor têxtil e esquemas de lavagem de dinheiro e evasão fiscal ligados ao mercado de apostas esportivas. Dada a frequente utilização de contratos de patrocínio para camuflar fluxos financeiros ilícitos, especialmente no âmbito esportivo, o envolvimento de empresas de confecção e têxteis na produção de uniformes e merchandising esportivo pode estar sendo explorado para disfarçar recursos provenientes de apostas irregulares. Além disso, a Abit pode oferecer esclarecimentos sobre o impacto da tributação e dos patrocínios esportivos no setor, contribuindo para a identificação de eventuais irregularidades fiscais ou financeiras que afetam não apenas o mercado de apostas, mas também a indústria têxtil.

O convite do representante da Abecs (Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços) pela CPIBETS é essencial devido ao papel crucial que a entidade desempenha no processamento de transações financeiras, incluindo aquelas realizadas no mercado de apostas esportivas. A Abecs, que representa instituições responsáveis pela facilitação de pagamentos por meio de cartões de crédito, débito e outros meios eletrônicos, pode fornecer informações vitais sobre os fluxos financeiros que ocorrem entre apostadores e plataformas de apostas. Dada a crescente preocupação com a lavagem de dinheiro e a utilização de mecanismos de pagamento para movimentar recursos ilícitos, a presença da Abecs na CPIBETS ajudaria a esclarecer como essas transações são monitoradas, além de identificar possíveis falhas nos sistemas de compliance e fiscalização que possam estar sendo exploradas para esquemas fraudulentos.



O convite do representante da Anbima (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais) pela CPIBETS é fundamental devido aos estudos recentes da associação que apontam um crescimento significativo do número de brasileiros apostando em bets em comparação com o investimento em produtos financeiros tradicionais. Esse dado revela uma preocupante transferência de recursos que impacta diretamente a economia, desviando dinheiro de investimentos regulados para plataformas de apostas, muitas vezes com pouca ou nenhuma supervisão financeira. A Anbima, com sua expertise no monitoramento de tendências e comportamento financeiro, pode fornecer informações cruciais sobre os impactos desse fenômeno na educação financeira, no mercado de capitais e no sistema econômico do país, além de apontar os riscos associados ao redirecionamento de capital para o mercado de apostas, incluindo potenciais esquemas de lavagem de dinheiro e evasão fiscal.

O convite do representante da Abia (Associação Brasileira da Indústria de Alimentos) pela CPIBETS é justificada devido à preocupação pública manifestada pela entidade sobre o uso indevido de recursos do Bolsa Família para apostas esportivas. Como representante de um setor diretamente ligado à segurança alimentar e ao bem-estar das famílias de baixa renda, a Abia possui um interesse legítimo em discutir o impacto negativo dessas práticas no orçamento familiar. A associação pode contribuir com análises sobre como a destinação inadequada de recursos destinados à alimentação pode agravar a situação de vulnerabilidade social, além de reforçar a importância de mecanismos de fiscalização para evitar que verbas públicas sejam desviadas para plataformas de apostas, prejudicando ainda mais a população que depende de programas sociais para sua subsistência.

O convite do representante da Abrasel (Associação Brasileira de Bares e Restaurantes) pela CPIBETS é essencial, considerando o relato da entidade sobre o impacto negativo do vício em apostas, que tem prejudicado



não apenas os clientes, mas também os funcionários de bares e restaurantes. A Abrasel apontou que muitos trabalhadores estão se endividando devido ao vício em apostas esportivas, comprometendo sua produtividade e a sustentabilidade de suas condições financeiras. A presença da Abrasel na CPIBETS poderia fornecer informações relevantes sobre como o mercado de apostas está afetando setores econômicos importantes, como o de alimentação, além de contribuir para a elaboração de políticas públicas de proteção ao trabalhador e de combate ao endividamento.

O convite do representante da Abert (Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão) pela CPIBETS é fundamental devido ao aumento expressivo das propagandas de apostas esportivas nos meios de comunicação, colocando a entidade no centro das discussões sobre a regulamentação da publicidade dessas empresas. A Abert, que representa os interesses de emissoras de rádio e televisão, tem papel crucial na definição das normas de publicidade e no controle da veiculação de conteúdos potencialmente prejudiciais ao público, como anúncios de jogos de azar que podem atingir grupos vulneráveis. A presença do representante da Abert na CPIBETS ajudaria a esclarecer as práticas atuais de autorregulamentação, discutir limites éticos para a publicidade de apostas e propor medidas que garantam maior proteção ao consumidor, além de evitar a promoção irresponsável de jogos que possam estimular o vício e o endividamento.

O convite do representante da ABFS (Associação Brasileira de Fantasy Sports) pela CPIBETS é justificada pela importância crescente dos jogos de fantasia no mercado de apostas esportivas, um segmento que movimenta bilhões de reais na América do Sul. A ABFS representa uma parte significativa desse setor, que vem atraindo cada vez mais apostadores e gerando preocupações sobre transparência e regulação. A presença da associação na CPIBETS seria essencial para discutir a fiscalização dessas plataformas, os mecanismos de controle financeiro aplicados às apostas



realizadas por meio de fantasy sports e os potenciais riscos de lavagem de dinheiro. Além disso, seria relevante entender o impacto econômico e social desse tipo de aposta no mercado brasileiro e garantir que as operações sigam normas adequadas de proteção ao consumidor.

O convite do representante da ABMES (Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior) pela CPIBETS é fundamental devido à crescente preocupação da entidade com o envolvimento de jovens universitários em apostas esportivas, o que tem levado a casos de endividamento e até ao abandono dos estudos. A ABMES, que representa instituições de ensino superior, pode fornecer informações valiosas sobre o impacto negativo das apostas na vida acadêmica e financeira dos estudantes, além de propor medidas para proteger essa faixa etária, que é especialmente vulnerável ao apelo das apostas online. A participação da ABMES na CPIBETS contribuiria para o debate sobre a necessidade de regulação mais rígida da publicidade de apostas voltada para jovens e sobre mecanismos de prevenção ao vício e ao endividamento no ambiente universitário.

O convite do representante da Abrint (Associação Brasileira de Provedores de Internet e Telecomunicações) pela CPIBETS é crucial devido ao papel fundamental dos provedores de internet como infraestrutura que permite o acesso às plataformas de apostas online. A Abrint, que representa uma grande parcela dos provedores de internet no Brasil, pode oferecer insights valiosos sobre como essas plataformas são acessadas pelos usuários e quais mecanismos de controle e monitoramento podem ser implementados para restringir o acesso a sites de apostas irregulares. Além disso, a presença da Abrint na CPIBETS seria essencial para discutir a viabilidade técnica de bloquear plataformas ilegais, colaborando com as autoridades no combate ao uso indevido da internet para práticas de apostas que promovam lavagem de dinheiro e outras atividades ilícitas.



O convite do representante da Abras (Associação Brasileira de Supermercados) pela CPIBETS é justificada pela observação da entidade de um desvio significativo dos gastos das famílias, que têm redirecionado seus recursos de produtos essenciais, como alimentos, para apostas online. A Abras, que monitora o consumo de bens de primeira necessidade, pode fornecer dados cruciais sobre o impacto desse comportamento no setor de alimentos e no bem-estar das famílias brasileiras, especialmente entre aquelas de menor renda. A presença da Abras na CPIBETS contribuiria para o debate sobre os efeitos socioeconômicos das apostas online, oferecendo insights sobre como esse desvio de recursos está afetando o mercado de consumo e propondo medidas regulatórias para minimizar os danos financeiros às famílias vulneráveis.

Estudos da Fecomércio-SP apontam que o crescimento das apostas online tem gerado um impacto negativo no consumo de bens essenciais, desviando parte da renda das famílias que poderia ser direcionada para o comércio de produtos básicos e setores fundamentais. A entidade observa que a facilidade de acesso a plataformas de apostas e o seu caráter aditivo resultam numa alocação de recursos que compromete a saúde financeira das famílias, levando à redução de gastos com itens essenciais. Esse desvio de consumo acaba impactando diretamente o faturamento de setores variados, mostrando uma correlação preocupante entre o avanço das apostas online e a desaceleração do consumo em outros segmentos econômicos essenciais. Aliás, Kelly Carvalho, economista da Fecomércio-SP, destacou publicamente os perigos das apostas online, particularmente sobre a visão equivocada de que as apostas podem ser uma forma de investimento. Sua análise sobre o comportamento de consumidores, especialmente os que apostam para "ganhar dinheiro rápido", levanta alertas sobre os impactos financeiros de longo prazo para as famílias brasileiras.



O Instituto para o Desenvolvimento do Varejo (IDV) manifestou preocupações sobre os impactos das apostas online no setor varejista, observando que a redistribuição de renda em favor das apostas tem prejudicado segmentos já fragilizados, como vestuário e calçados. O IDV aponta que o desvio de recursos financeiros dos consumidores para plataformas de apostas online reduz o poder de compra para bens essenciais, levando a uma queda nas vendas e impactando o faturamento de empresas varejistas. Diante desse cenário, o IDV está planejando realizar estudos aprofundados para avaliar a extensão desses danos, visando reunir dados que possam fundamentar políticas públicas e regulatórias mais eficazes. A intenção é colaborar para um entendimento mais claro de como as apostas online afetam a economia real e o consumo em setores tradicionais, pressionando para que sejam implementadas medidas que minimizem os efeitos negativos dessa nova tendência de consumo.

A Sociedade Brasileira de Varejo e Consumo (SBVC) tem desempenhado um papel ativo na análise dos efeitos das apostas online sobre o comércio varejista e o comportamento do consumidor no Brasil. Estudos conduzidos pela SBVC revelam que 63% dos brasileiros que apostam online tiveram parte de sua renda comprometida com essas atividades. Essa mudança nos hábitos de consumo é preocupante, especialmente quando se observa que 23% dos apostadores reduziram compras de vestuário, 19% diminuíram gastos em supermercados e 11% cortaram despesas com cuidados de saúde e medicações. A SBVC também destaca que o gasto com apostas online passou de 0,8% da renda familiar em 2018 para 1,98% em 2023, representando um aumento de 419%. Esse crescimento tem impacto direto no varejo brasileiro, uma vez que os consumidores estão desviando recursos que seriam destinados a compras de bens e serviços essenciais para as apostas. A situação é agravada pelo fato de que 64% dos apostadores utilizam sua renda principal para apostar, evidenciando uma mudança nas prioridades de consumo. Diante desse cenário, a SBVC tem se posicionado a favor de medidas



que promovam o consumo consciente e a regulamentação das apostas online. A entidade busca sensibilizar tanto os consumidores quanto os legisladores sobre os riscos associados ao crescimento descontrolado desse mercado, visando proteger o orçamento das famílias brasileiras e assegurar a saúde do comércio varejista.

Dessa forma, considera-se que os **Representantes de Entidades de Classe da Sociedade Civil** antes nominados, **todos eles impactados pelo setor de apostas**, têm muito a colaborar com os trabalhos desta Comissão. Roga-se, portanto, o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente requerimento.

Sala da Comissão, de de .

Senador Izalci Lucas
(PL - DF)

